ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO HUMANA: A PRÁXIS PEDAGÓGICO-POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO NORTE DE MATO GROSSO

Keyla Morales de Lima Garcia[1]

INTRODUÇÃO

A implantação de usinas hidrelétricas modifica o uso da terra e da água, as relações de trabalho e as condições de reprodução da vida em territórios rurais. Seus efeitos não se limitam à área inundada: as negociações, os deslocamentos e as alterações nas atividades produtivas também incidem sobre a organização das comunidades. No norte de Mato Grosso, a experiência dos sujeitos atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) Sinop oferece um ponto de partida para examinar as relações entre conflito territorial, formação humana e ação coletiva.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) atua na reivindicação de direitos e na organização dos sujeitos afetados por barragens. Neste artigo, interessa compreender a dimensão educativa dessa atuação: como as pessoas aprendem a interpretar o conflito, compartilhar informações, decidir em conjunto e formular reivindicações. O movimento é tratado como espaço formativo situado nas relações sociais concretas, sem equiparar suas práticas à escolarização formal.

A questão que orienta a pesquisa é: de que modo a organização coletiva e a práxis política do MAB no norte de Mato Grosso podem contribuir para a formação humana dos sujeitos atingidos? O objetivo é analisar mediações pedagógicas presentes nas práticas de organização e resistência, considerando suas possibilidades e contradições. O recorte territorial enfatiza o Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos, na área de influência da UHE Sinop.

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa qualitativa em andamento. A leitura do conflito territorial articula documentos, observação e entrevistas, tomando a relação entre experiência vivida e conhecimento sistematizado como problema analítico. As categorias

[1] Doutoranda em Educação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

ISSN: 2358-8829

discutidas a seguir são o trabalho de base, a comunicação e as expressões culturais, bem como os limites da ação formativa diante da desigualdade de poder entre os sujeitos envolvidos no conflito.

METODOLOGIA

A investigação adota abordagem qualitativa orientada pelo materialismo histórico-dialético. A análise considera a historicidade do conflito, as relações entre território, trabalho e organização política e as contradições entre interesses empresariais, ação estatal e reivindicações das populações atingidas. As categorias teóricas orientam a leitura do material, mas a interpretação permanece aberta a questões surgidas no trabalho de campo.

A pesquisa combina levantamento bibliográfico e documental, observação participante em reuniões comunitárias, registros em diário de campo e entrevistas semiestruturadas com atingidos, militantes e lideranças locais. As falas examinadas neste artigo foram disponibilizadas pela autora em excertos sem identificação nominal coletadas durante os anos de 2025 e 2026. O corpus documental inclui a cartilha História de luta e resistência: Gleba Mercedes V, publicada pelo MAB e pela AECAZ em 2020, e produções acadêmicas sobre o movimento e a UHE Sinop (MAB; AECAZ, 2020; Benincá, 2010; Foschiera, 2009).

O tratamento do material segue a análise temática de conteúdo (Bardin, 2016): leitura do corpus, identificação de unidades de sentido e agrupamento por temas pertinentes à questão de pesquisa. A triangulação confronta registros de campo, depoimentos e documentos, distinguindo a posição institucional do movimento da experiência de cada participante. As três falas reproduzidas foram apresentadas pela autora sem nomes; a identificação dos participantes e a data de coleta permanecem reservadas para preservar sua privacidade.

Por se tratar de pesquisa em curso, um recorte da tese de doutorado em andamento, os resultados são apresentados como interpretação preliminar. As falas citadas permitem analisar experiências situadas, mas não representam a totalidade das pessoas atingidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, a formação humana diz respeito à apropriação das produções históricas da humanidade. Saviani (2011) atribui à educação a tarefa de tornar acessível aos indivíduos o conhecimento produzido coletivamente. Essa formulação ajuda a perguntar quais conhecimentos são necessários para compreender um conflito

ISSN: 2358-8829

envolvendo terra, água, energia, contratos, impactos ambientais e direitos, e em que condições os sujeitos podem apropriar-se deles.

A participação política também requer elaboração intelectual. Gramsci (1982) discute a função dos intelectuais nas relações de organização e direção social. A noção de intelectual orgânico interessa a esta pesquisa como instrumento para examinar a formação de sujeitos capazes de relacionar demandas locais a problemas coletivos e contribuir para a elaboração política de sua classe. O conceito, porém, não deve ser atribuído indistintamente a toda pessoa entrevistada: sua pertinência depende da análise das práticas e das relações efetivamente observadas.

A reflexão sobre os movimentos sociais e seus processos educativos dialoga com Caldart (2012), cuja análise da Pedagogia do Movimento Sem Terra ressalta o potencial formativo da participação em lutas e da organização coletiva. O deslocamento dessa discussão para o MAB exige atenção às diferenças entre movimentos, territórios e formas de atuação. Assembleias e espaços de estudo podem aproximar experiência e conhecimento sistematizado, mas também estão atravessados por desigualdades de participação e por limites materiais.

A crítica de Furtado (1974) ao mito do desenvolvimento econômico contribui para examinar narrativas que apresentam o crescimento econômico como benefício universal. No caso dos empreendimentos hidrelétricos, cabe perguntar quem se beneficia da energia gerada, quem assume os custos territoriais e quais critérios orientam a definição das reparações. A referência oferece um quadro crítico geral e não substitui a demonstração empírica dos efeitos específicos da UHE Sinop.

As expressões artísticas presentes no repertório dos movimentos sociais podem elaborar experiências e tornar visíveis conflitos difíceis de comunicar por outros meios. Vigotski (1999) permite pensar a arte como atividade social e elaboração de afetos. Essa perspectiva orienta a leitura de práticas culturais quando documentadas no campo, sem presumir seus efeitos sobre cada participante ou atribuir ao território pesquisado iniciativas conhecidas apenas em outras regiões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise preliminar articula os depoimentos fornecidos pela autora com a cartilha do território e organiza três eixos: organização e aprendizagem política; comunicação e expressão

ISSN: 2358-8829

coletiva; direitos e condições de permanência no território. A comparação sistemática com o conjunto das entrevistas e do diário de campo permanece uma etapa da pesquisa.

No primeiro eixo, a organização de reuniões e a elaboração compartilhada de demandas podem transformar problemas percebidos inicialmente como individuais em questões discutidas coletivamente. A negociação de indenizações, por exemplo, exige compreender critérios de avaliação, prazos, efeitos sobre o trabalho e diferenças entre famílias. Quando essas informações circulam e são debatidas, a atividade organizativa assume uma dimensão educativa. A contribuição formativa, entretanto, depende do acesso efetivo à informação e da possibilidade de participação dos sujeitos nas decisões.

Esse processo pode ser lido à luz de Saviani (2011): a experiência do conflito suscita perguntas, enquanto o conhecimento sistematizado permite examinar seus mecanismos para além da percepção imediata. A relação entre experiência e teoria não ocorre por simples justaposição. Requer estudo, confronto de interpretações e oportunidade de aplicar os conhecimentos à leitura dos documentos e às decisões coletivas. O trabalho de base se torna formativo na medida em que favorece tais mediações.

A cartilha produzida pelo MAB e pela AECAZ narra a história do assentamento pela perspectiva das famílias, apresenta a organização em associações, sindicato e MAB, e registra manifestações, reuniões e assembleias para reivindicar direitos (MAB; AECAZ, 2020, p. 6-7, 12-17). Por ser uma publicação do próprio movimento, constitui fonte sobre sua interpretação do conflito e precisa ser lida em diálogo com outras fontes. A tese de Benincá (2010) ajuda a situar o MAB na disputa mais ampla sobre água e energia, enquanto Foschiera (2009) examina sua trajetória diante das políticas do setor elétrico.

Um depoimento de pessoa atingida associa a alteração do modo de vida à permanência dos impactos:

“Dá raiva de ter que sair da nossa vida, modificar tudo, e eles [as empresas da usina] ficam com o dinheiro. Estamos sofrendo os impactos até hoje; os peixes foram embora.” (Pessoa atingida, depoimento fornecido pela autora, s.d.).

A fala expressa revolta, perda e percepção de impactos duradouros. A menção aos peixes dialoga com o registro da mortandade de peixes na cartilha (MAB; AECAZ, 2020, p. 16-17) e com o estudo de Silva, Ceolin e Nunes (s.d.), mas o depoimento individual não permite quantificar o dano nem atribuir a ele, sozinho, uma causa ambiental específica. A convergência entre testemunho e documentação amplia a compreensão do conflito sem apagar a diferença entre os tipos de evidência.

ISSN: 2358-8829

Outro depoimento atribui ao MAB a continuidade das reuniões e da reivindicação coletiva:

"Como é muito importante essa luta pelos nossos direitos... Reuniões e organização coletiva não aconteceriam se o MAB não estivesse lá." (Participante do movimento, depoimento fornecido pela autora, s.d.).

O segundo eixo considera a comunicação em assembleias, rodas de conversa e manifestações como parte da disputa sobre os sentidos do empreendimento. Expor os impactos vividos, ouvir experiências diferentes e formular uma pauta comum demandam escolhas de linguagem e negociação interna. Tais práticas podem ampliar a capacidade de intervenção pública, embora também tragam tensões entre a fala das lideranças e a expressão de pessoas menos habituadas aos espaços de decisão.

A formulação revela como essa pessoa interpreta o papel organizativo do movimento. Sua afirmação sobre o que ocorreria sem o MAB é uma avaliação do participante, e não um contrafactual demonstrado. Como dado de pesquisa, ajuda a compreender a importância atribuída às reuniões para a circulação de informações e para a sustentação da luta.

Uma terceira fala indica a importância cotidiana da comunicação digital:

"Tem o grupo de WhatsApp que a gente pode conversar, desabafar e combinar atividades, passar informações." (Participante do movimento, depoimento fornecido pela autora, s.d.).

A mensagem menciona tanto a coordenação de atividades quanto a possibilidade de conversar e desabafar. Isso sugere uma dimensão de apoio entre participantes, sem autorizar diagnóstico de saúde mental nem comprovar, por si só, a coesão de toda a comunidade. A cartilha também descreve conexão de telefonia e internet instável no assentamento (MAB; AECAZ, 2020, p. 12-13), o que situa os limites materiais desse meio de comunicação.

O repertório do MAB inclui expressões culturais que podem funcionar como denúncia e elaboração da memória, entre elas as arpilleras. À luz de Vigotski (1999), sua dimensão estética merece investigação. A documentação apresentada não comprova, porém, oficinas de arpilleras no assentamento em estudo; por isso, essa prática não é tratada como resultado local.

O terceiro eixo relaciona reparação e condições de permanência no território. A cartilha registra mobilizações por direitos, relata a implantação de 30 unidades produtivas de hortas mandalas e associa essa experiência ao projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) (MAB; AECAZ, 2020, p. 24-25). Trata-se de informação produzida pelos próprios organizadores da cartilha; ela documenta uma iniciativa local, mas não permite aferir isoladamente sua continuidade, alcance econômico ou efeitos formativos.

ISSN: 2358-8829

A aproximação entre Furtado (1974) e os registros do conflito ajuda a problematizar a distribuição desigual de benefícios e custos do projeto energético. Ao mesmo tempo, a hipótese de formação de intelectuais orgânicos, inspirada em Gramsci (1982), exige observar percursos concretos: quem sistematiza informações, como se constroem as decisões e em que condições as lideranças prestam contas à comunidade. O simples exercício de liderança não basta para comprovar tal formação.

Os três eixos sugerem que a ação coletiva abre oportunidades de aprendizagem política, mas não autorizam uma conclusão linear sobre emancipação. Há diferenças entre conhecer um direito, conseguir exercê-lo e alterar as relações sociais que produziram a situação de conflito. A continuidade do trabalho de campo e a análise das entrevistas permitirão precisar em quais situações houve apropriação de conhecimento e quais obstáculos permaneceram.

A leitura dos materiais também deve distinguir os níveis em que a educação se realiza. Há aprendizagens relativas a procedimentos imediatos, como acompanhar uma reunião e compreender um documento. Há, ainda, a elaboração de explicações sobre as relações entre política energética, uso da terra e desigualdade social. A passagem de um nível ao outro não é automática. Ela depende de tempo de estudo, condições para participar e oportunidade de confrontar conhecimentos diferentes. Essa distinção evita interpretar toda participação como formação política já concluída.

O trabalho de base apresenta uma questão pedagógica específica: informações técnicas precisam tornar-se inteligíveis sem perder sua precisão. Termos associados a indenização, reassentamento ou condicionantes ambientais podem ser conhecidos pelas famílias de maneira desigual. Quando uma pessoa traduz esses termos e discute suas consequências, cria-se uma ocasião de aprendizagem. Cabe verificar, entretanto, se o conhecimento circula de forma compartilhada ou se fica concentrado nas lideranças e nos assessores. Essa diferença altera o sentido formativo da prática.

Outro aspecto é a relação entre experiência pessoal e formulação coletiva. Duas famílias atingidas pelo mesmo empreendimento podem enfrentar impactos distintos, conforme sua localização, suas atividades produtivas e a composição do trabalho doméstico. A organização comum não elimina essas diferenças. Ao contrário, precisa torná-las discutíveis para que a pauta coletiva não apague necessidades particulares. A análise das entrevistas poderá mostrar como essas divergências foram tratadas e se houve espaço de manifestação para mulheres e demais integrantes das famílias.

A memória do território constitui outra dimensão da investigação. Relatos sobre lugares de moradia, caminhos de circulação, vizinhança e modos de trabalho ajudam a compreender

ISSN: 2358-8829

perdas que não se deixam reduzir a uma avaliação monetária. Essa memória pode integrar a produção de conhecimento do movimento quando confrontada com mapas, laudos e registros administrativos. A articulação de narrativas e documentos torna visível o caráter social do território, mas cada afirmação sobre impactos específicos precisa permanecer vinculada à fonte que a sustenta.

As práticas culturais interessam à pesquisa porque produzem formas distintas de narrar o conflito. Uma canção ou trabalho têxtil não substitui um laudo, e o laudo não esgota a experiência de quem perdeu seu espaço de vida. O encontro entre linguagem artística e discussão política pode abrir perguntas, mobilizar lembranças e comunicar demandas a outras comunidades. Para interpretar seus efeitos formativos, será necessário observar o contexto de produção, a participação dos sujeitos e os usos públicos da obra, conforme a pertinência do referencial de Vigotski (1999).

A questão da permanência no campo exige observar também os limites materiais das propostas coletivas. A discussão de alternativas de produção depende de terra disponível, acesso à água, assistência técnica e recursos de trabalho. Sem essas condições, a formulação de um projeto de vida pode encontrar obstáculos que a vontade organizativa sozinha não remove. O enfoque histórico-dialético permite tratar a tensão entre projeto e possibilidade objetiva como parte do resultado, em lugar de tomar toda iniciativa anunciada como realização efetiva.

Por fim, a análise não pressupõe uma identidade homogênea dos atingidos. Os vínculos com o movimento, as avaliações sobre a barragem e as expectativas de reparação podem variar. Registrar concordâncias, dúvidas e discordâncias é necessário para compreender os modos de organização e evitar uma imagem idealizada da comunidade. O material das nove entrevistas, quando sistematizado, poderá mostrar em que medida os eixos apresentados dão conta dessas diferenças ou precisam ser reformulados.

A triangulação prevista na metodologia ajuda a examinar diferentes formas de registrar o mesmo acontecimento. Uma ata pode anotar a decisão tomada sem revelar o debate que a antecedeu; o diário de campo pode descrever a dinâmica da reunião; uma entrevista pode recuperar o significado daquela decisão para determinado participante. Nenhuma dessas fontes oferece, isoladamente, uma representação completa. Sua leitura conjunta permite reconhecer convergências e também contradições entre a narrativa pública do movimento e a experiência de seus integrantes.

No plano da formação humana, importa perguntar ainda o que permanece depois de cada mobilização. A aprendizagem pode aparecer na capacidade de explicar uma reivindicação a outra família, de questionar um documento técnico ou de participar da preparação de uma

reunião. Essas manifestações são mais observáveis do que enunciados gerais sobre emancipação. Mesmo assim, precisam ser contextualizadas: a possibilidade de agir varia segundo tempo disponível, divisão do trabalho familiar, deslocamento e acesso aos espaços de decisão.

O diálogo com a Pedagogia Histórico-Crítica também coloca um limite conceitual para a análise. Se a apropriação do conhecimento sistematizado é central, o caráter educativo da mobilização não decorre apenas da intensidade afetiva da experiência. É necessário investigar como conceitos, dados e explicações históricas entram na discussão dos problemas locais. A escola e o movimento podem realizar funções educativas distintas e estabelecer relações produtivas quando os sujeitos têm acesso efetivo ao conhecimento e participam da sua interpretação.

Essas questões tornam o resultado parcial deliberadamente aberto. A pesquisa já delimita práticas e perguntas relevantes, mas ainda precisa apresentar evidências localizadas para sustentar inferências sobre a formação de lideranças, os efeitos de ações culturais e as mudanças nas condições de vida. O aprofundamento do corpus empírico poderá esclarecer também situações em que a organização enfrenta impasses, não produz consensos ou alcança apenas reparações limitadas.

Os depoimentos acrescentam à documentação a experiência de quem vive o conflito: a ruptura do cotidiano, a importância atribuída à organização e o uso de um grupo digital para comunicação e apoio. A cartilha confirma mobilizações e registra uma iniciativa produtiva local, enquanto os estudos acadêmicos situam o conflito e a trajetória do MAB. O cruzamento dessas fontes sustenta a identificação de mediações educativas, mas ainda requer exame do conjunto das entrevistas para avaliar diferenças entre os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo examinou a dimensão educativa da atuação do MAB no norte de Mato Grosso, tomando o conflito associado à UHE Sinop como contexto para discutir formação humana e organização coletiva. A análise preliminar identifica, como mediações a investigar, a elaboração conjunta de reivindicações, a circulação de conhecimentos sobre direitos e as formas de expressão pública das experiências dos atingidos.

Essas práticas podem favorecer uma leitura mais ampla das relações entre território, trabalho e política. Seu alcance não se mede pela simples presença de atividades ou pela atribuição antecipada de consciência crítica aos participantes. Depende de verificar, nos materiais de campo, quem participa das decisões, que conhecimentos são apropriados e quais mudanças podem ser sustentadas na vida coletiva.

A etapa seguinte da pesquisa deverá aprofundar o confronto entre os depoimentos, o diário de campo e os documentos do conflito, explicitando datas, características do corpus e procedimentos éticos. Esse exame poderá confirmar, revisar ou limitar as categorias aqui propostas e oferecer uma resposta empiricamente mais precisa à questão da contribuição do movimento para a formação humana.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio à pesquisa de doutorado, e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENINCÁ, Dirceu. Á**gua e energia para a vida: o Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil** (1991-2009). 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CALDART, Roseli Salete**. Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos:** a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

ISSN: 2358-8829

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB); ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA AGROECOLÓGICA ZUMBIS (AECAZ). **História de luta e resistência:** Gleba Mercedes V. Mato Grosso: MAB; AECAZ, ago. 2020.

SANTANA, Emanuel. **Conexões**: movimento social, educação popular e cinema: a experiência do Movimento dos Atingidos por Barragens de Chapada dos Guimarães – MT com o Cinema Circulante. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Edivaldo Garcia Moreira da; CEOLIN, Fernando Henrique; NUNES, Karen Adriane Rosa. **Caso da usina hidrelétrica de Sinop**: um estudo de caso (in)suscetível de penalização. [Dados de publicação não identificados no arquivo], [s.d.].

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.